



## **Moção**

### **«Por um concelho de Barcelos verde, livre de Transgénicos e Organismos Geneticamente Manipulados, bem como zona livre do TTIP e CETA»**

«Organismos Geneticamente Modificados, são definidos como toda entidade biológica cujo material genético (ADN/ARN) foi alterado por meio de qualquer técnica de engenharia genética, de uma maneira que não ocorreria naturalmente. A tecnologia permite que genes individuais seleccionados sejam transferidos de um organismo para outro, inclusive entre espécies não relacionadas. Estes métodos são usados para criar plantas geneticamente modificadas para o cultivo de matérias-primas e alimentos.»

In: «Ministério da Agricultura do Brasil»

Uma grande maioria da população europeia rejeita a sua utilização e vários estados europeus proibiram já o seu cultivo, mas a pressão das multinacionais químicas, é enorme, suportadas pelos Estados Unidos, os grandes interessados em colonizar a Europa com este tipo de produtos.

A Comunidade Europeia tem legislado nesta área, exigindo que os Organismos geneticamente modificados sejam objeto de uma avaliação de risco sanitário e ambiental, bem como de etiquetagem apropriada para que os consumidores possam fazer as suas escolhas de forma informada.

Vário(a)s eurodeputado(a)s portugueses têm mostrado no Parlamento Europeu, que compreendem os seus riscos para a saúde pública, a perversão que isto configura para os produtores e para as economias nacionais, votando favoravelmente as várias propostas legislativas. No entanto os/as deputado(a)s eleito(a)s pelo PSD e PP persistem em votarem sistematicamente contra essas resoluções.

Os dados mostram-nos que em Portugal, por exemplo relativamente ao milho transgénico, o seu cultivo era em 2005 de 772,3 hectares, mantendo-se o crescimento em trajetória ascendente até chegarmos a um impressionante número de 9278,1 hectares em 2013. No entanto, desde aí, tem estabilizado em torno dos 8.000 hectares, o que indicia que o trabalho de sensibilização e informação que tem sido realizado, está a dar algum resultado.

Não podemos parar esta luta. O **Bloco de Esquerda** está desde sempre na primeira linha da contestação, acompanhado por outras forças políticas, que de forma responsável se colocam ao lado dos interesses das populações.

Por outro lado, multinacionais como a obscura «Monsanto», querem patentear todas as sementes, num verdadeiro atentado cultural e económico contra os países.

Num dia é o pimento que passa a pagar «direitos autorais», no outro o «tomate», e meia dúzia de empresas controlam mais de dois terços da produção global de alimentos.

Relativamente ao TTIP e CETA, respectivamente Transatlantic Trade and Investment Partnership, entre a UE e EUA e o Canadá (Comprehensive Economic and Trade Agreement), com negociações em curso, preocupa o **Bloco de Esquerda** o facto destas negociações se estarem a fazer de forma completamente opaca, contra as práticas democráticas, visando ultrapassar todos os obstáculos ao comércio e à criação de lucro pelas multinacionais.

Nestes "obstáculos" incluem-se os direitos alfandegários mas também todos os «obstáculos não tarifários»: as normas sanitárias, alimentares, ambientais, sociais, técnicas, entre outras, em vigor nos Estados Membro.

As consequências do TTIP e do CETA na vida quotidiana dos cidadãos são inúmeras. Na agricultura e no domínio da alimentação, implica a aprovação forçada de Organismos Geneticamente Modificados, carne com hormonas e antibióticos, frangos lavados com cloro, que poderão ser importados pela Europa em detrimento do Princípio da Precaução, inexistente nos EUA.

Tendo em vista o mercado de trabalho nos Estados Unidos, a adoção do princípio da proposta mais baixa voltará a pôr em causa o salário mínimo e os direitos sindicais. Assim como serviços públicos, apoio social, cultura...(etc). Nenhuma proteção resistirá a este alinhamento por baixo. E isto também diz respeito às colectividades locais e aos municípios. Isto também afeta e afetará, cada vez mais, Barcelos.

A outra perspectiva sobre os perigos do TTIP e CETA centra-se na criação de Tribunais Arbitrais privados através do mecanismo ISDS (Investor-to-State Dispute Settlement), para dirimir diferendos emergentes da relação «Investidores-Estado»: as empresas transnacionais poderão processar um Estado em Tribunais particulares e não legitimados quando uma decisão pública, independentemente da sua hierarquia legal, possa vir a atingir as suas «expectativas jurídicas».

Este mecanismo permitir-lhes-á contestar políticas públicas legítimas, decididas democraticamente, sob o pretexto que restringem a actividade das empresas ou que limitam os lucros esperados. O procedimento terá lugar numa jurisdição privada, contornando as jurisdições públicas, nacionais e europeias.

Este mecanismo de arbitragem atinge as colectividades locais em primeira linha: os artigos 4º, 23º, 24º, 27º e 45º do Mandato europeu referem que os termos do Acordo em negociação aplicar-se-ão aos municípios e outras colectividades territoriais.

Poderão vir a custar-lhes milhões de euros em despesas com a Justiça e indemnizações, se bem que nunca tenham sido consultadas sobre a oportunidade de criar este mecanismo. Os eleitos locais que queiram regulamentar à luz do interesse público arriscar-se-ão a ser processados por empresas do outro lado do Atlântico.

Resultado: um quadro de acção pública local ainda mais apertado do que o actual, margens de manobra reduzidas para os municípios e aumento das desigualdades sociais e ecológicas, tanto entre cidadãos com entre territórios.

Feitas estas considerações, o **Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** propõe que a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em plenário neste dia 29 de Abril, aprove a seguinte recomendação à Câmara Municipal:

1. Divulgação pública de um conjunto de textos explicativos das implicações dos referidos Tratados;
2. Abertura imediata de um debate local sobre esta problemática, envolvendo a participação plena das coletividades territoriais, das organizações socioprofissionais, associativas e dos cidadãos.
3. Recusa de todas as tentativas de enfraquecimento do quadro regulamentar municipal, nacional e europeu em matéria de ambiente, saúde, cultura, protecção dos trabalhadores e consumidores, defesa dos serviços públicos;
4. Decisão, de declarar simbolicamente o território do Município de Barcelos como «zona livre do TTIP e CETA e consequentemente de Transgénicos e Organismos Geneticamente Manipulados».

Barcelos, 26 de Abril de 2016

Com saudações democráticas,

O Deputado Municipal do BE  
(José Ilídio Torres)